



# Análise da estrutura produtiva regional dos polos da região metropolitana de Natal/RN

Claudio Machado Maia<sup>1</sup>  
Maria do Livramento Miranda Clementino<sup>2</sup>

Recebido em: 17-04-2023

Aceito em: 21-05-2025

## Resumo

Conhecer e compreender a estrutura produtiva espacial e identificar padrões regionais de crescimento econômico é um exercício que permite interpretar dinâmicas e proporcionar o debate sobre protagonismo local para tomadas de decisão e por políticas públicas específicas. Neste sentido, este artigo se apresenta como exercício para analisar a especialização produtiva na Região Metropolitana de Natal/RN a partir de seis cidades influentes (Ceará-Mirim, Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim), com uso de indicadores de localização e especialização regional através do cálculo do quociente locacional. É possível reconhecer padrões de especialização vinculada a atividades do setor de serviços, seguidas do setor indústria de transformação, polarizadas pelos municípios da região metropolitana de Natal/RN. Em alguns aspectos, a região de pesquisa é polarizada diretamente por Natal e um conjunto de cidades que, por sua vez são polarizadoras ou exercem influência em outras cidades, como por exemplo Macaíba, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, ou em alguns aspectos Ceará-Mirim. Percebe-se uma nova divisão territorial do trabalho, já que parte dos municípios próximos a Natal, além de fornecedores de matéria prima, fornecem de mão de obra, numa articulação funcional que envolve a região de pesquisa e os municípios do seu entorno.

**Palavras-chave:** Especialização produtiva; Polarização; Potencialidade regional; Macrossetores produtivos; Análise regional.

## Analysis of the regional productive structure of the poles of the metropolitan region of Natal/RN

### Abstract

Knowing and understanding the spatial productive structure and identifying regional patterns of economic growth is an exercise that allows you to interpret dynamics and provide a debate on local protagonism for decision-making and for specific public policies. In this sense, this article presents itself as an exercise to analyze the productive specialization in the Metropolitan Region of Natal/RN from six influential cities (Ceará-Mirim, Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante and Parnamirim), using indicators of localization and regional specialization through the calculation of the locational quotient. It is possible to recognize patterns of specialization linked to activities in the service sector, followed by the manufacturing sector, polarized by the municipalities of the metropolitan region of Natal/RN. In some aspects, the research region is directly polarized by Natal and a set of cities that, in turn, are polarizing or exert influence on other cities, such as Macaíba, Parnamirim and São Gonçalo do Amarante, or in some aspects Ceará-Mirim. A new territorial division of labor can be perceived, since part of the municipalities close to Natal, in addition to raw material suppliers, provide manpower, in a functional articulation that involves the research region and the surrounding municipalities.

**Keywords:** Productive specialization; Polarization; Regional potential; Productive macrosectors; Regional analysis.

<sup>1</sup> Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Pós-Doutorado em Economia (PUC/RS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). [claudiomaia.dr@gmail.com](mailto:claudiomaia.dr@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Economia (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). [clement@ufrnet.br](mailto:clement@ufrnet.br)

## 1 Introdução

Ao apresentar ferramentas metodológicas para colocar frente a frente o abstrato diante o real, as afirmações apresentadas ao longo deste artigo trazem à luz uma discussão mais empírica sobre a economia política regional. Desenvolve-se uma teorização a priori passível, em seus pressupostos de confronto com a realidade empírica. Nesse sentido, esta produção textual emprega indicadores já utilizados e referenciados na literatura (HADDAD, 1989; MONASTERIO, 2011; DELGADO E GODINHO, 2011; MAIA e SOUSA, 2022) e que são fáceis de serem testados em diferentes regiões e localidades. Esse confronto entre o abstrato e o concreto traz novas percepções sobre as regiões econômicas, compreendendo-se a estrutura produtiva regional, identificando diferentes padrões de localização das atividades, bem como características diferenciadas das estruturas produtivas dos municípios que integram a região de análise.

Pode-se identificar e interpretar dinâmicas e gargalos, proporcionar diagnósticos e percepções analíticas sobre protagonismo e dinamismo local/regional, interpretações que podem subsidiar tomadas de decisão e proposições de políticas e de planejamentos específicos. Então, para fins de se identificar o dinamismo dos municípios, bem como a especialização produtiva regional, neste estudo utilizou-se do quociente locacional (QL) para se identificar o nível de especialização dos respectivos macrossetores produtivos (agropecuária, indústria e serviço) dos municípios pesquisados. Dentre um conjunto de medidas de localização e especialização utilizados como métodos de análise regional, o Quociente Locacional (QL) é a mais frequente e difundida das medidas de especialização regional na literatura econômica.

São poucas, no Brasil, as pesquisas, estudos e abordagens que tratam da região metropolitana no contexto do desenvolvimento regional. A partir dessa realidade, esse artigo trata sobre dinâmicas ou o potencial das dinâmicas da economia política do desenvolvimento regional, ao identificar e descrever potencialidades regionais numa perspectiva comparada do processo de desenvolvimento regional.

Foram desenvolvidas duas estratégias centrais de reflexão para dar conta desta proposta de reflexão teórica aplicada: i) a produção e organização teórica metodológica comparativa da região metropolitana de Natal/NR, a partir da análise de dados secundários e a concepção de hipóteses explicativas para produzir sínteses propositivas e diagnóstico preliminar apontando possíveis caminhos para compreender as particularidades e o dinamismo regional; e, ii) a revisão da bibliografia utilizada no estudo e análises realizadas, considera que a racionalidade da centralidade urbana, expressa-se num meio urbano em que as atividades

industrial e comercial tem maior influência e irradiam fluxos de trocas de bens e serviços com o campo e cidades sob a influência do polo. A coleta de dados foi feita a partir de informações disponibilizadas pelo IBGE Cidades.

Ao introduzir a teoria da localização, incorporam-se elementos do espaço geográfico e suas especificidades para determinar o “potencial” local para a transformação produtiva e as relações de troca. Neste sentido, Lima (2022, p.19), comenta que “... no espaço geográfico se constrói o espaço econômico, enquanto lugar de extração e transformação dos fatores de produção (trabalho, capital, recursos naturais, tecnologia) para as trocas”.

No espaço econômico, as famílias, enquanto agentes econômicos, conjunto de indivíduos ou núcleo social agem, se estabelecem, se aglomeram e constroem comunidades e áreas de mercado; no espaço econômico, as comunidades delimitam suas fronteiras, formam as nações, criam raízes culturais e condições para a mobilidade dos fatores de produção; no espaço econômico, os indivíduos produzem um conjunto de formas, criam e transformam paisagens; no espaço econômico se refletem as relações entre os objetos e as ações, que permitem analisar as categorias internas dos seus mercados; no espaço econômico, as características físicas da geografia, tais como: clima, relevo, recursos naturais, sejam elas produtivas ou não, geram ao longo do tempo novos atributos ao lugar; no espaço econômico se delimitam (ou localizam) os territórios econômicos (LIMA, 2022, p.19).

Conforme aponta Becker (2002), Randolph (2018), Maia e Souza (2022), observa-se uma renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais. Surpreende-se quando alguns autores afirmam que é em função de seu histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do capital social existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento, ao conseguirem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento, combinando eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades com as oportunidades globais, constituindo uma dinâmica própria regional.

Hipoteticamente,

as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, conseqüentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais” (BECKER, 2002, p.40; MAIA E SOUZA, 2022; MAIA, 2019a, 2019b).

Quando se aborda o termo “região”, há diversas maneiras de entendimento. O termo região pode ser impreciso, já que a regionalização de uma área varia conforme os critérios adotados. Entretanto, numa perspectiva generalista, região pode apresentar uma noção conceitual como a área que em sua proximidade geográfica se identifique determinada característica própria, que pode ser gerada por uma atividade econômica, geográfica ou até mesmo a necessidade de classificar uma área para delimitar um objeto de estudo. Entretanto, para Paiva (2005), região é como o resultado de um processo de regionalização. Processo em função dos objetivos daqueles que o colocam em curso.

A partir destas considerações metodológicas, este estudo apresenta reflexões que investigam dinâmicas regionais, no âmbito e no contexto da região metropolitana. Tal como a necessidade de indicação das potencialidades regionais das distintas regiões econômicas, da região metropolitana de Natal/RN (RMN), visando-se ao fomento das atividades e das potencialidades regionais nas quais cada região se mostra mais competitiva. Entende-se que, uma vez definidos os segmentos nos quais cada região é mais competitiva, seja possível levar à frente uma política coordenada entre os diversos atores e modelos organizacionais.

Conforme Riedl, Maia e Schuster (2008), Maia e Pitschel (2019), Maia (2016), Pinto e Meza (2020), há vários trabalhos realizados sobre a preocupação com as desigualdades regionais, bem como a identificação das potencialidades ou gargalos ao desenvolvimento regional (PAIVA, 2004, 2005, 2006; COSTA, DENTINHO e PETER, 2011; PIACENTI, LIMA E EBERHARDT, 2016; LIMA, 2022). E, tal é a preocupação com a ocupação dos espaços nos processos de desenvolvimento, que o êxito dos estudos em economia regional está sujeito ao conhecimento das particularidades e dos potenciais das regiões objeto de investigação.

De acordo com (BECKER, 2002, p.88), “O processo de desenvolvimento regional deixa de ser pura e simplesmente uma questão quantitativa e adquire crescentes dimensões qualitativas, através do pleno reconhecimento e do pleno desabrochar das diversidades regionais”, o que nos remete à necessidade de se medir e considerar, perfis e produtividades espaciais diferentes segundo os lugares diferentes, e chegar-se a processos de desenvolvimento diferentes.

## 2 A análise regional

Considerando-se a heterogeneidade das regiões metropolitanas, na região metropolitana de Natal/RN, defronta-se com um dos principais problemas das análises regionais. As regionalizações não partem de regiões objetivamente determinadas, e sim de regiões tradicionais, ou regiões político-administrativas. Conforme Boudeville (in PAIVA, 2006c, p.4), o problema era que os dados regionais se agrupam por unidades administrativas e esses agrupamentos políticos não coincidem com as diferenciações nem com as organizações econômicas, nem mesmo com uma região polarizada. De acordo com Breitbach (1988, p.39), este tipo de região polarizada “expressa-se num meio urbano em que as atividades industrial e comercial preponderem e irradiam fluxos de trocas de bens e serviços com o campo e cidades satélites [...] sob a influência do polo”.

Com respeito a noção de que as cidades se definem por suas relações externas, fluxos que as perpassam ou têm nelas seus pontos iniciais e finais, conforme IBGE (2020), cabe salientar que nos estudos que focam além da escala intraurbana seja “necessário a busca de um outro arcabouço teórico, mais compatível com o momento histórico atual de emergência das organizações em rede enquanto formas sociais hegemônicas”. Nesse sentido:

Os espaços urbanos, enquanto objeto de estudo, não podem ser dissociados do sistema de cidades de que fazem parte, uma vez que as conexões de longa distância das quais participam fazem parte integrante mesmo de suas funções urbanas (PUMAIN, 1997). São as atividades localizadas nas cidades que as fazem participar das redes urbanas (IBGE, 2020, p.70).

A racionalidade da teoria dos fluxos centrais (teoria dos lugares centrais) dá ênfase às relações externas das cidades de caráter não necessariamente hierárquico, baseado em localidades centrais. Logo, parte-se do pressuposto de que todo sistema urbano possui, simultaneamente, ao menos dois processos: se por um lado, a cidade continua a ter o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua região de entorno de maneira contígua; de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância, que se interconecta de forma seletiva. Tal processo de duplo caráter constitui a essência das cidades e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano (IBGE, 2020, p.70).

As regionalizações político-administrativas proporcionam três vantagens para a investigação e a coleta de dados: (1) permite que se opere com bases de dados tal como elas são usualmente disponibilizadas (a partir de limites territoriais definidos no plano político-administrativo); (2) é solidário com o senso comum consolidado e os interesses imediatos de

gestores públicos das distintas instâncias administrativas; e (3) poupa o pesquisador do trabalho de re-regionalizar. Entretanto, essa facilidade de opção induz a conclusões erradas. Primeiro, porque sempre há heterogeneidades nas sub-regiões reais que compõem uma macrorregião. Segundo, porque estas heterogeneidades são decorrentes das divisões do território que não obedecem a nenhum critério lógico e/ou metodológico, por isso simplesmente aceitam divisões político-administrativas.

Com relação aos limites territoriais definidos no plano político-administrativo, não se defende o ponto de vista de que se deveria ignorar o padrão no qual são disponibilizadas as bases de dados. Diz-se, sim, é que não há por que subordinar-se às mesmas: agregar (e, por vezes, até cindir) é possível e, inúmeras vezes, necessário. E esta agregação (ou cisão) não tem que se submeter aos padrões tradicionais, mas pode e deve ser definida pelo pesquisador. Quanto às divisões político-administrativas, numa perspectiva geográfica específica, alguns autores diriam que não se está falando do conceito de região e, sim, de território. Território, dizendo respeito a um espaço definido por relações de poder que, neste caso, teria por base a dimensão jurídico-política (relações espaço-poder institucionalizadas) (HAESBAERT, 2004, p.91).

### **3 Medida de especialização: o quociente locacional (QL)**

Para Alves (2022) o ponto de partida para a análise do desenvolvimento regional é conhecer a sua estrutura produtiva, identificar as suas especializações, já que são as especializações que dinamizam a renda, o emprego e têm o potencial de gerar desenvolvimento e qualidade de vida.

Descobrir quais são estas atividades de especialização regional é mostrar quais áreas ou setores atendem, não somente a demanda interna, mas principalmente as demandas externas e movimentam – a partir de relações de encadeamento - e dinamizam outras atividades produtivas do entorno (ALVES, 2022, p.12).

O ponto de partida da pesquisa é impositivo, e como condição *sine qua non* para a definição das características da pesquisa primária. Pois, não se pode definir sequer o modelo de levantamento primário de informações (o tipo e o padrão de seleção da amostra, o instrumento de coleta de dados, os recursos humanos, materiais e temporais necessários à realização do levantamento e da sistematização dos dados coletados, etc.), sem que se responda, à luz dos dados secundários, às seguintes questões cruciais: qual(is) a(s) nossa(s) principal(is) suspeita(s) de potencial(is)?; qual(is) o(s) nosso(s) principal(is) suspeito(s) de

gargalo(s)?; no caso de haver diversos suspeitos de potencial e gargalo, é possível hierarquizá-los?; o que fica mal explicado na análise dos dados secundários?; onde aparecem resultados inesperados, problemas e contradições?; que trabalho de pesquisa seria necessário para o adequado enfrentamento desses problemas e contradições? (PAIVA, 2004, p.13).

Para responder a esse conjunto de questões acima, de forma determinada, analisa-se a região-objeto a partir de recortes cada vez mais restritivos e específicos (no sentido região microrregião município), comparando as medidas pertinentes a cada um desses recortes com as medidas equivalentes para regiões de referência definidas em patamares superiores de agregação (no sentido nação macrorregião região microrregião), numa racionalidade analítico interpretativa que remete a uma medida clara da especialização produtiva regional, nomeadamente, o que nesta pesquisa será adotada na racionalidade da noção de Quociente Locacional (QL).

Para delimitar especializações dentro da região e apontar algumas das características da estrutura produtiva local e identificar padrões regionais de crescimento econômico, utiliza-se, com certa frequência, um conjunto de medidas de localização e especialização como métodos de análise regional, onde a mais difundida das medidas de especialização regional na literatura econômica, é o Quociente Locacional (QL) (HADDAD, 1989; MONASTERIO, 2011; DELGADO E GODINHO, 2011). Segundo Paiva (2004), a medida de participação (neste caso a especialização relativa) mais utilizada é a percentagem dos empregos gerados no setor/segmento vis-à-vis ao conjunto dos empregos do território. Para isto adota-se:

$$QL = \frac{\frac{\text{Número de trabalhadores do setor Y na região x}}{\text{Número de trabalhadores da região x}}}{\frac{\text{Número de trabalhadores do setor Y na região z}}{\text{Número de trabalhadores da região z}}}$$

Onde: a região X representa a microrregião (município, região), da qual se busca a participação relativa em função da região Z que representa a macrorregião (estado, nação).

A racionalidade de utilização do QL para análise regional, é desenvolvida neste estudo para a caracterização da área de influência de 6 municípios<sup>1</sup> no âmbito da Região Metropolitana de Natal/RN e Arranjo Populacional de Natal, apresentando uma caracterização baseada na investigação dos QLs dos macrossetores agropecuário, industrial e serviços, bem como dos municípios que compõem a referida região, com vistas a identificar o nível de

---

<sup>1</sup> Ceará-Mirim, Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim. Municípios que, inicialmente, integraram a região metropolitana de Natal/RN.

especialização dos respectivos setores e/ou produtos e serviços existentes na região. Por outro lado, também serão utilizadas outras técnicas analíticas, o que aumenta a capacidade de se compreender os problemas que estão sendo investigados (HADDAD, 1989; MONASTERIO, 2011; DELGADO E GODINHO, 2011).

Conforme Paiva (2006b), o quociente de localização informa não apenas se o objeto de mensuração é ou não especializado (e o quanto é especializado), mas também, na medida em que o objeto não apresenta especialização. Neste trabalho, optou-se por um pseudo-QL, obtido a partir do cruzamento das informações disponíveis. Neste caso o VAB<sup>2</sup> Total e o VAB dos macrossetores agropecuário, indústria e serviços, para cada segmento em análise (município e região de pesquisa), relativamente à região de referência (região, estado). De forma que o Quociente Locacional (QL) para o macrossetor agropecuária toma a seguinte forma:

$$QL = \frac{\frac{\text{VAB da agropecuária no município}}{\text{VAB total do município}}}{\frac{\text{VAB da agropecuária na região RN}}{\text{VAB total na região RN}}}$$

Dado a característica de especialização relativa sinalizado pelo Quociente Locacional, adota-se para fins práticos:  $QL \leq 1$  como indicador de setores (macrossetores em nossa pesquisa) que não possuem especialização relativa; e  $QL > 1$  como indicador de especialização relativa, sendo que quanto maior o QL, maior a especialização relativa do setor.

#### **4 A região metropolitana de Natal/RN**

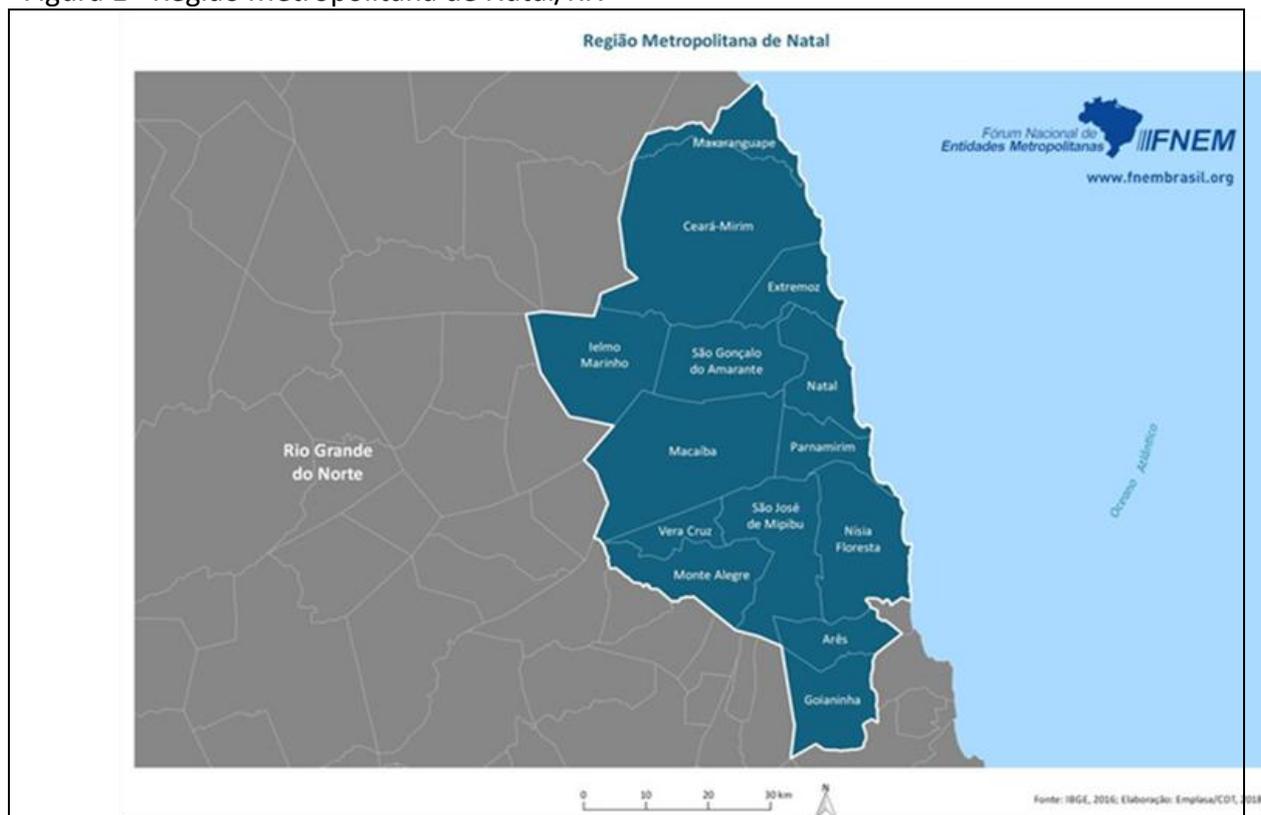
A Região Metropolitana de Natal/RN (RMN), foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997. Conforme a referida Lei, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, são constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. A RMN, inicialmente foi integrada, pelos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim, e ao longo do tempo sua composição inicial foi integrando outros municípios. Atualmente, 15 municípios compõem a RMN (CLEMENTINO, 2019, p.11)

Na figura 1, a localização da Região Metropolitana de Natal/RN no Estado do Rio Grande do Norte.

---

<sup>2</sup> Valor Adicionado Bruto (VAB) representa a contribuição que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final da produção de um determinado território – distrito, município, estado, região ou país – deduzido o valor dos insumos utilizados no processo produtivo em um dado período.

Figura 1 - Região Metropolitana de Natal/RN

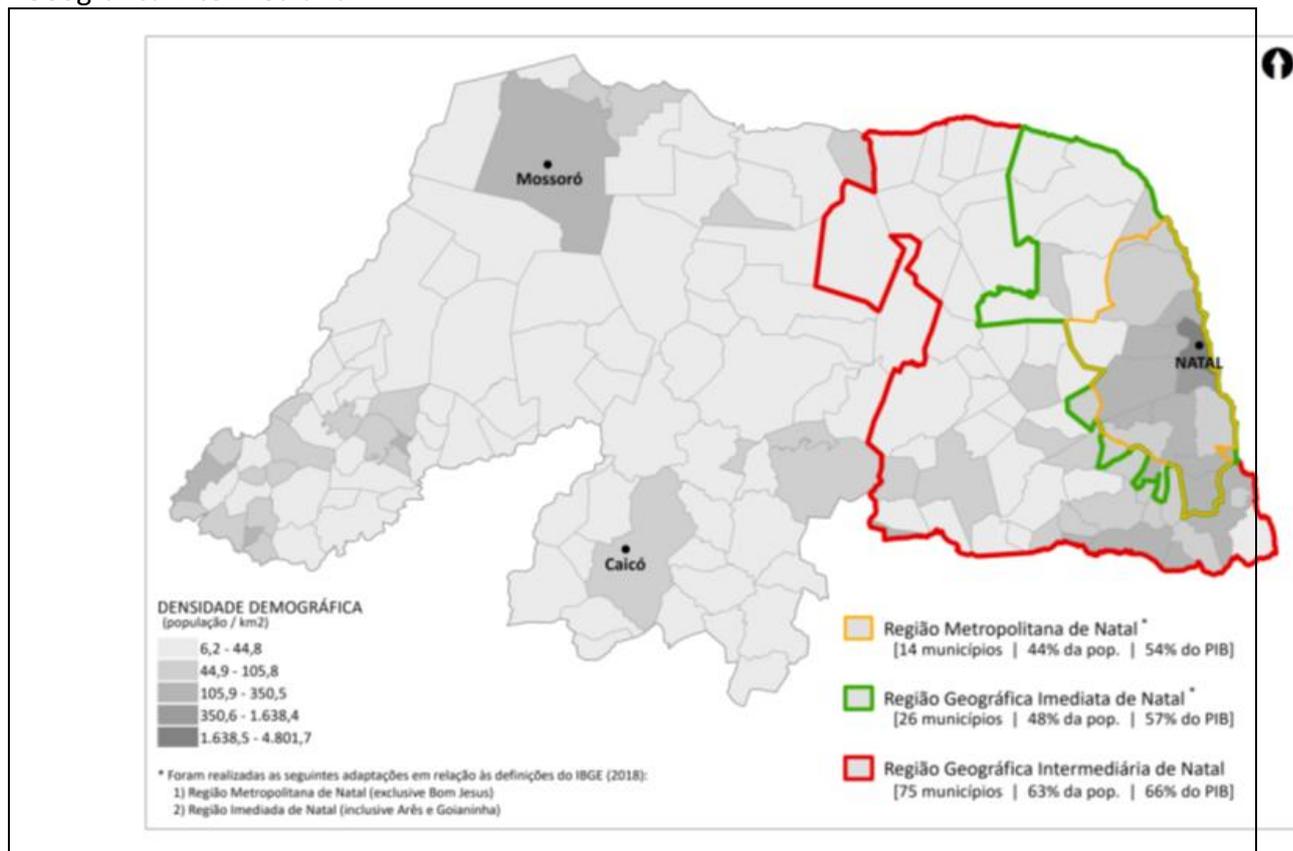


Fonte: FNEM (2018).

Dos 15 municípios que compõem a atual configuração da RMN (Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Ceara-Mirim, Arês, Bom Jesus, Goianinha, Ielmo Marinho, Maxaranguape, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Vera Cruz), 6 são considerados influentes (Ceara-Mirim, Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim).

Embora a caracterização para análise regional apresentada neste artigo, considere limites territoriais definidos no plano político-administrativo (RMN), as reflexões sobre seu contexto atual indicam que as transformações que ocorrem na RMN tem relações com outras escalas regionais, tais como a região imediata de Natal, região intermediária de Natal e o próprio estado do Rio Grande do Norte (IBGE, 2017). Na figura 2, veja a Região Metropolitana de Natal comparativamente a Região Geográfica Imediata e a Região Geográfica Intermediária. A figura 2 permite identificar a distribuição, bem como a delimitação de cada uma das escalas de análise regional.

Figura 2. Região Metropolitana de Natal/RN e as escalas Região Geográfica Imediata e Região Geográfica Intermediária



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Conforme o IBGE (2017), as Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Tais regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas da população, tais como, compras de bens de consumo, trabalho, serviços de saúde, educação, lazer, serviços públicos, seguro social, serviços do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. Por outro lado, as Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas.

As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior (Natal/RN) diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017).

Entretanto, considerando Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim cidades polarizadoras localizadas numa área considerada metropolitana, observa-se um aspecto inter-relacionado dos movimentos pendulares de pessoas entre metrópole e áreas mais distantes que moram num lugar e trabalham ou estudam em outro. A análise teórica das cidades no contexto da migração pendular regional está apoiada no conceito de

Redes Geográficas e as articulações territoriais<sup>3</sup>. Os fluxos migratórios pendulares na atualidade se ampliam e tornam-se transfronteiriços, rompendo limites nacionais, regionais e intraregionais. E, neste caso aqui analisado tem-se 5 cidades influentes que polarizam e são polarizadas, localizadas na Região Metropolitana de Natal/RN (Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim), onde Natal/RN hierarquiza e polariza não somente estas cidades, mas as demais cidades da região metropolitana.

## 5 Materiais e métodos

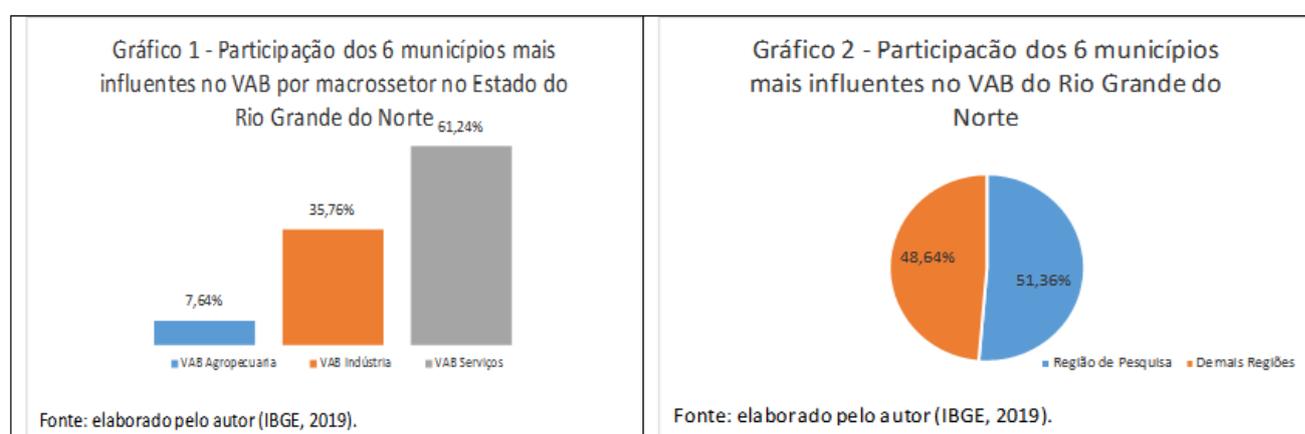
A medida de participação (especialização relativa) mais utilizada para construir os indicadores é a percentagem dos empregos gerados no setor/segmento vis-à-vis ao conjunto dos empregos da região de pesquisa (caracterização a partir da participação relativa, a quantidade de empregos nos respectivos setores produtivos). A racionalidade de utilização do QL (Quociente Locacional) para análise regional, é desenvolvida para a caracterização das áreas de influência, baseando-se na investigação dos QLs dos macrossetores agropecuário, industrial e serviços, dos municípios que compõem a referida região, com vistas a identificar o nível de especialização dos respectivos setores e/ou produtos e serviços existentes na região. Utilizou-se um pseudo-QL, a partir do cruzamento das informações disponíveis, neste caso o VAB Total e o VAB dos macrossetores agropecuário, indústria e serviços, para cada segmento em análise (município e região de pesquisa), relativamente a região de referência (região, estado). O QL informa não apenas se o objeto de mensuração é ou não especializado (e o quanto é especializado), mas também, na medida em que o objeto não apresenta especialização. Dada a característica de especialização relativa sinalizado pelo QL, adota-se para fins práticos:  $QL \leq 1$  como indicador de setores (macrossetores em nossa pesquisa) que não possuem especialização relativa; e  $QL > 1$  como indicador de especialização relativa, sendo que quanto maior o QL, maior a especialização relativa do setor.

---

<sup>3</sup> Para Randolph, Junior e Ottoni (2015), esses lugares “peri-metropolitanos” são as áreas mais distantes – referindo-se às pessoas – que moram num lugar e trabalham ou estudam em outro. Pode-se entender, então, que aquelas pessoas que moram num lugar e trabalham ou estudam em outro, moram em municípios ou lugares “peri-metropolitanos”.

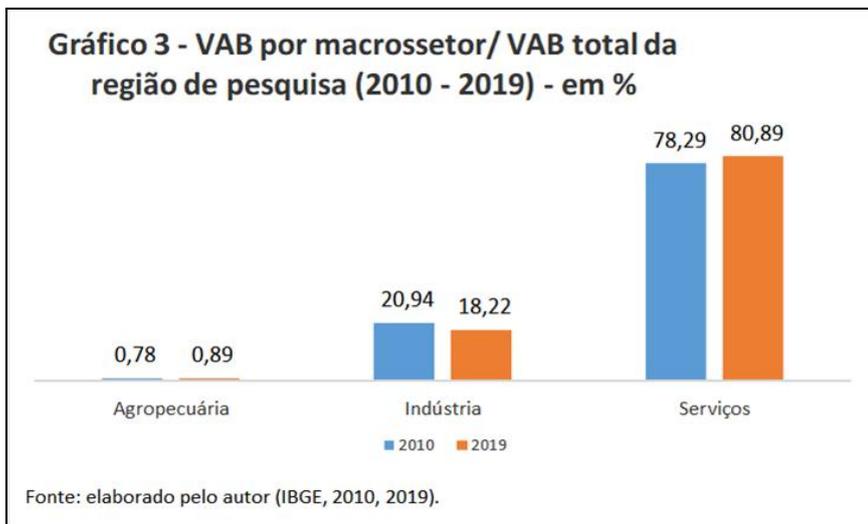
## 6 Resultados e discussões

A estrutura produtiva da região de pesquisa (aqui denominada os municípios de Ceará-Mirim, Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim), comparativamente com o total estadual, possui predomínio no setor serviço, o qual é responsável por 61,24% do VAB (Valor Adicionado Bruto) do serviço no estado do Rio Grande do Norte no ano de 2019<sup>4</sup> (Gráfico 1). Os setores agropecuária, indústria e serviços contribuíram, respectivamente, com 7,64%, 35,76% e 61,24%, na estrutura do VAB no estado. No mesmo ano a região de pesquisa foi responsável por 51,36% do VAB total do estado do Rio Grande do Norte (Gráfico 2).

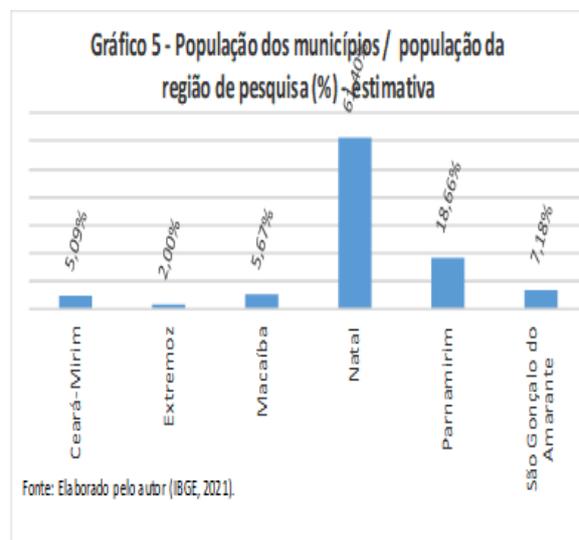
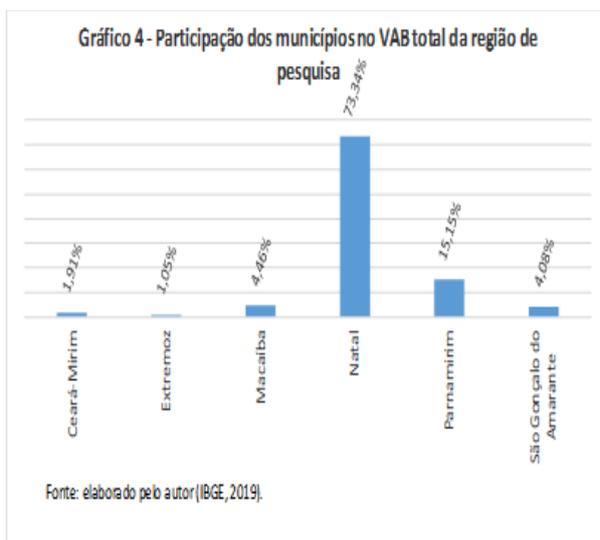


Observa-se no gráfico 3, que a estrutura produtiva da Região de Pesquisa, comparativamente aos municípios que a compõe apresenta predomínio no setor de serviços, sendo este responsável por 78,29% do VAB total da região em 2010 e 80,89% em 2019. Em seguida observa-se a participação da indústria representando em 2010 e 2019, respectivamente, 20,94% e 18,22% do VAB total da região de pesquisa. O setor agropecuário foi o que apresentou menor participação relativa no VAB total da região, apresentando uma participação relativa de 0,78% e 0,89%, respectivamente, para 2010 e 2019 – a participação relativa do setor agropecuário apresentou redução de 0,11% do ano de 2010 para 2019 enquanto a indústria reduziu 2,72% do ano de 2010 para 2019.

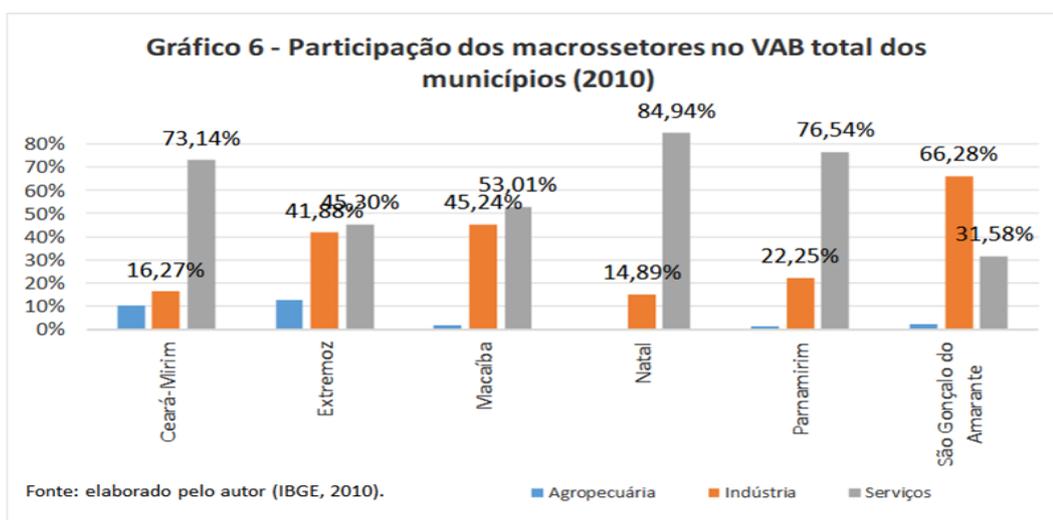
<sup>4</sup> O IBGE possui dados atualizados do VAB, somente até o ano de 2019.



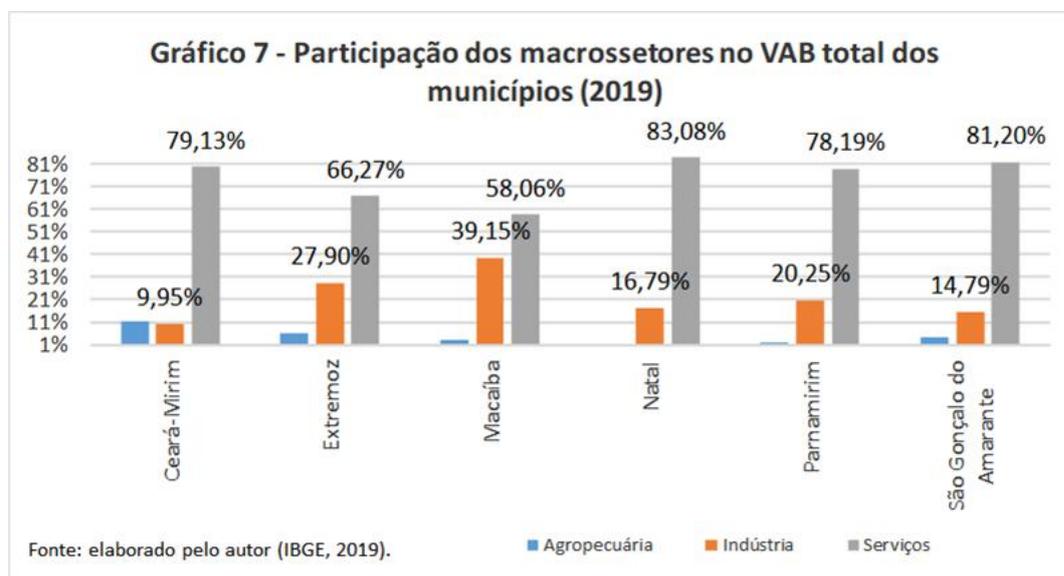
A análise da composição relativa do VAB entre os municípios, revela uma participação expressiva de Natal (aqui considerado como polo regional), município responsável por 73,34% da composição do VAB total da região (Gráfico 4), o que é trivial uma vez que Natal agrega 61,40 % da população total da região (Gráfico 5).



Nos gráficos 6 e 7, pode-se observar de maneira intuitiva a dinâmica entre os macrossetores produtivos (agropecuária, indústria e serviços), que revelam o predomínio do setor de serviços nos municípios no ano de 2010, representando quase sempre mais que 31,58% do VAB total (60,75% do VAB total, em média), chegando a representar 84,94% em Natal, 76,54% em Parnamirim, 73,14% em Ceará-Mirim, 53,01% em Macaíba, 45,30% em Extremoz e 31,58% em São Gonçalo do Amarante.



Com relação ao ano de 2019 (Gráfico 7), o predomínio do setor serviços, se mantém para quase todos os municípios analisados, apresentando crescimento de 157,14% em São Gonçalo do Amarante, 46,30% em Extremoz, 9,51% em Macaíba e 8,19% em Ceará-Mirim, enquanto a única redução foi registrada em Natal (-2,19%), sendo que a região de pesquisa na participação do setor de serviço passou de 78,29% em 2010 para 80,89% em 2019 (acrécimo de 3,33%) (Tabela 1).



Referente ao crescimento da participação da indústria no VAB total, Natal foi o único município que se destacou, apresentando um crescimento de 12,72% de 2010 para 2019 (passando de 14,89% para 16,79%). São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba e Parnamirim, tiveram uma redução na participação da indústria no VAB total de -77,69%, -38,82%, -33,38%, -13,46%, -8,95%, respectivamente (Tabela 1). Para os municípios da

região, o setor indústria concentrou redução expressiva na participação no VAB total (-13%) enquanto o agropecuário apresentou aumento de 14,93%. Na tabela 1, o comparativo das participações relativas do VAB, entre os anos 2010 e 2019.

Tabela 1 - Indicadores de macroespecialização dos municípios da região de pesquisa nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – Participação dos macrossetores no VAB total dos municípios - 2010/2019 –

Municípios	Agropecuária		% Δ	Indústria		% Δ	Serviços		% Δ
	2010	2019		2010	2019		2010	2019	
Ceará-Mirim	10,59%	10,92%	3,08	16,27%	9,95%	-38,82	73,14%	79,13%	8,19
Extremoz	12,82%	5,83%	-54,52	41,88%	27,90%	-33,38	45,30%	66,27%	46,30
Macaíba	1,74%	2,79%	60,26	45,24%	39,15%	-13,46	53,01%	58,06%	9,51
Natal	0,17%	0,13%	-19,42	14,89%	16,79%	12,72	84,94%	83,08%	-2,19
Parnamirim	1,22%	1,55%	27,49	22,25%	20,25%	-8,95	76,54%	78,19%	2,16
São Gonçalo do Amarante	2,14%	4,01%	86,97	66,28%	14,79%	-77,69	31,58%	81,20%	157,14
Região de Pesquisa	0,78%	0,89%	14,93	20,94%	18,22%	-13,00	78,29%	80,89%	3,33

Fonte: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: 1) Estrutura do Valor Adicionado Bruto (2010, 2019); (1) Agropecuária; (2) Indústria; (3) Serviços.

Quanto à apropriação e geração de renda, é possível identificar através da relação Rendimento Domiciliar (RD) Anual per capita/PIB per capita, o percentual de apropriação da renda gerada por parte dos indivíduos de uma determinada região. Para isto, com base na tabela 2, é possível identificar o percentual de apropriação da renda para a região de pesquisa.

Tabela 2 - Indicadores de população e macrossetores produtivos da região de pesquisa

Municípios	População Total (nº habitantes) 2010	População Total (nº habitantes) 2021	Pop rural/Pop Total (%) - 2010/2021	VAB Agrop./ VAB Total - 2019 - Dados do Municipal (%) (1)	VAB Ind./VAB Total - 2019 - Dados do Municipal (%) (2)	VAB Serv./VAB Total - 2019 - Dados do Municipal (%) (3)	PIB Per Capita - 2018 - (R\$) (4)	PIB Per Capita - 2019 - (R\$) (4)	Rendimento Domiciliar Anual per capita - 2010 - (R\$) (5)	Rendimento Domiciliar Anual per capita - 2021 - (R\$) (5)	%Δ	Rendimento Anual Total 2010/PIB (%)	Rendimento Anual Total 2021/PIB (%)	%Δ
Ceará-Mirim	68 141	74 268	47,91	10,92	9,95	79,13	6 943,54	12 108,67	3 745,37	3 436,38	-8,25	53,94	28,38	-47,39
Extremoz	24 569	29 282	35,82	5,83	27,90	66,27	6 564,98	15 425,76	4 952,72	4 155,57	-16,10	75,44	26,94	-64,29
Macaíba	69 467	82 828	38,63	2,79	39,15	58,06	15 221,77	20 271,74	4 290,02	3 597,99	-16,13	28,18	17,75	-37,02
Natal	803 739	896 708	0,00	0,13	16,79	83,08	16 073,59	27 718,62	10 976,31	9 838,30	-10,37	68,29	35,49	-48,02
Parnamirim	202 456	272 490	0,00	1,55	20,25	78,19	13 801,94	20 532,87	9 929,18	7 377,24	-25,70	71,94	35,93	-50,06
São Gonçalo do Amarante	87 668	104 919	15,48	4,01	14,79	81,20	15 741,24	15 290,47	4 310,36	3 601,64	-16,44	27,38	23,55	-13,98
Região de Pesquisa	1 256 040	1 460 495	6,46	0,89	18,22	80,89	14 955,82	24 022,55	9 462,36	8 137,72	-14,00	63,27	33,88	-46,46
Rio Grande do Norte	3 168 027	3 560 903	22,19	6,00	26,17	67,84	11 421,78	20 033,40	6 345,55	5 645,45	-11,03	55,56	28,18	-49,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; IBGE, Estimativa de população (2021); Diretoria de Contas Nacionais.

Nota: VAB - Valor Adicionado Bruto (2019); (1) Valor Adicionado Bruto da Agropecuária; (2) Valor Adicionado Bruto da Indústria; (3) Valor Adicionado Bruto de Serviços;

(4) Produto Interno Bruto (2018); (5) Excluído o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Ao analisar a relação Rendimento Domiciliar (RD) Anual per capita/PIB per capita, depara-se com um percentual de apropriação da renda por parte dos indivíduos da região de pesquisa de 63,27% em 2010 e 33,88% em 2019. Essa redução (de 63,27% para 33,88%) observada na região como um todo, também se verifica na comparação individual de cada um dos municípios no mesmo período, assim como para o Estado do Rio Grande do Norte. Esse fenômeno pode ser considerado um indício de aumento na desigualdade social, embora, devido a carência de uma base de dados mais extensa, não seja possível identificar a causa do fenômeno, nem mesmo se este é uma tendência ou um evento isolado.

Logo, para fins economicistas esta questão exigiria uma nova pesquisa com vista a identificação da causalidade do fenômeno. O indicador que apresenta um desvio padrão relativo de 7% e uma medida de variação relativa de 25% considerada de média alta dispersão<sup>5</sup> revela seu significado ao tomarem-se os municípios como referência, o que revela que a região apresenta proporção média alta de desigualdades regionais no que diz respeito à geração e apropriação de renda.

Conforme Paiva (2004, p. 35), essas diferenças são explicadas pelas desigualdades no grau de controle dos agentes residentes sobre o excedente operacional gerado na região e sobre a carga tributária incidente sobre as atividades realizadas internamente. Se for simulada uma retirada dos valores extremos (Parnamirim, 35,93% e Macaíba, 17,75%), os novos extremos seriam 35,49% e 23,55%, respectivamente, Natal e São Gonçalo do Amarante. Teríamos um desvio padrão relativo de 5,03, e uma medida de dispersão relativa de 17,58%, considerada média baixa, o que aponta para a existência média de desigualdades regionais<sup>6</sup> - neste caso a medida de dispersão relativa não apresenta robustez quanto a variabilidade, apresentando média variação.

Por fim, para que se tenha melhores pistas do potencial da região faz-se necessário o uso da racionalidade do Quociente Locacional calculado a partir do VAB por macrossetor produtivo (Tabela 3), para fins de mensurar o grau de especialização relativa da região. Para isto, adotou-se neste estudo duas situações em que a medida de especialização se aplica a uma região de referência.

---

<sup>5</sup> Coeficiente de variação (cv): baixa dispersão ( $cv \leq 15\%$ ); média dispersão ( $15\% < cv < 30\%$ ); alta dispersão ( $cv \geq 30\%$ ).

<sup>6</sup> Lembra-se que, no interior da região de pesquisa, há municípios que são polarizados por outros municípios que pertencem a regiões que não estão incluídas na pesquisa ou a outro Estado da Federação.

Tabela 3 - Estrutura do VAB por macrossetor produtivo (x1000) - R\$ - 2019

	VAB Agropecuaria	VAB Indústria	VAB Serviços	VAB Total
Ceará-Mirim	48.095,28	43.858,40	348.638,12	440.591,80
Extremoz	14.086,74	67.416,28	160.103,01	241.606,03
Macaíba	28.741,08	403.191,81	597.833,87	1.029.766,76
Natal	22.815,20	2.840.308,52	14.054.625,82	16.917.749,54
Parnamirim	54.300,69	708.050,37	2.733.531,30	3.495.882,36
São Gonçalo do Amarar	37.774,02	139.307,24	764.975,10	942.056,36
Região de Pesquisa	205.813,01	4.202.132,62	18.659.707,22	23.067.652,85
Rio Grande do Norte	2.694.000,00	11.752.000,00	30.468.000,00	44.914.000,00

Fonte: IBGE Cidades (2021, base 2019).

A tabela 4, apresenta os QL's dos municípios tendo como referência a região de pesquisa.

Tabela 4 - Medida de especialização (QL) por macrossetor produtivo dos municípios em relação à região de pesquisa

	VAB Agropecuaria	VAB Indústria	VAB Serviços
Ceará-Mirim	12,2348	0,5464	0,9782
Extremoz	6,5348	1,5318	0,8192
Macaíba	3,1282	2,1493	0,7177
Natal	0,1512	0,9216	1,0270
Parnamirim	1,7409	1,1118	0,9666
São Gonçalo do Amarar	4,4941	0,8118	1,0039

Fonte: IBGE Cidades (2021, base 2019).

Já, a tabela 5, apresenta os QL's dos municípios e da região de pesquisa, tendo como referência o Estado do Rio Grande do Norte.

Tabela 5 - Medida de especialização (QL) por macrossetor produtivo da região de pesquisa e dos municípios em relação ao Estado do Rio Grande do Norte

	VAB Agropecuaria	VAB Indústria	VAB Serviços
Ceará-Mirim	1,8199	0,3804	1,1665
Extremoz	0,9720	1,0664	0,9769
Macaíba	0,4653	1,4964	0,8558
Natal	0,0225	0,6416	1,2247
Parnamirim	0,2590	0,7741	1,1527
São Gonçalo do Amarar	0,6685	0,5652	1,1970
Região de Pesquisa	0,1487	0,6962	1,1924

Fonte: IBGE Cidades (2021, base 2019).

Os QL's foram calculados a partir de dados da tabela 3, tendo 2019 como ano de referência (o IBGE possui dados atualizados do VAB, somente até o ano de 2019). Para fins de interpretação, adota-se: para  $QL's \leq 1$ , como sinônimo de não especialização relativa e  $QL's > 1$  como sinônimo de especialização relativa, sendo que quanto maior o QL, maior será a especialização relativa de um setor em detrimento da região de referência.

De acordo com a tabela 4, que apresenta a medida de especialização relativa dos municípios tendo como referência a região de pesquisa, observa-se que o macrossetor produtivo agropecuário é o que apresenta maior especialização relativa por número de municípios, apresentando  $QL > 1$  em 5 dos 6 municípios, enquanto o menor verificado foi para Natal que apresentou um  $QL$  agropecuário de 0,1512. Ceará-Mirim, é o município que apresenta o  $QL$  agropecuário mais expressivo (12,2348). A Indústria apresentou  $QL's > 1$  em 3 municípios, com destaque para Macaíba (2,1493). Já, o macrossetor serviços apresentou  $QL's > 1$  em 2 municípios, com Natal e São Gonçalo do Amarante apresentando os maiores valores, respectivamente, 1,0270 e 1,0039.

Conforme a tabela 5, que apresenta a medida de especialização relativa dos municípios e da região de pesquisa tendo como referência o Estado do Rio Grande do Norte, observa-se que o macrossetor serviços é o que apresenta maior especialização relativa por número de municípios, apresentando  $QL > 1$  em 4 dos 6 municípios. Entre os  $QLs > 1$ , São Gonçalo do Amarante, é o município que apresentou o maior  $QL$  do serviços (1,1970). Por outro lado, foram registrados somente 2 municípios com  $QL < 1$ , sendo eles, Extremoz (0,9769) e Macaíba (0,8558). A Indústria apresentou  $QL's > 1$  em 2 municípios, com destaque para Extremoz (1,0664) e Macaíba (1,4964). Já, o macrossetor agropecuário apresentou  $QL < 1$  em 5 municípios (Extremoz (0,9720), Macaíba (0,4653), Natal (0,0225), Parnamirim (0,2590) e São Gonçalo do Amarante (0,6685)). A região de pesquisa apresentou  $QL > 1$  no macrossetor serviço (1,1924), enquanto nos macrossetores agropecuário e indústria, respectivamente, registrou  $QL$  de 0,1487 e 0,6962.

Identificar o potencial de uma região, com vista ao planejamento para o desenvolvimento endógeno tem como ponto de partida a identificação dos fatores produtivos que a região possui e que se encontra subutilizado ou utilizado de forma subótima. Uma vez identificados, faz-se necessária a mensuração do capital social, humano e institucional com vista à mobilização político-econômica local, na qual torna-se possível o processo de endogenização da geração e distribuição da riqueza por parte dos agentes locais. Assim pressupõe-se que os agentes locais, ao interagir em laços de cooperação local/regional possam se tornar protagonistas do desenvolvimento econômico-social da região.

Uma análise dos dados apresentados neste item “6. Resultados e discussões”, exige primeiramente a categorização da região e seus municípios quanto a sua tipicidade dada sua estrutura produtiva com base no peso relativo de cada macrossetor. Isto tem como objetivo verificar em quais setores residem as principais suspeitas de potencial.

Primeiramente descarta-se a possibilidade da região e seus municípios serem tipicamente rurais, uma vez que segundo Paiva (2004), as regiões tipicamente rurais apresentam participação do VAB agropecuária/VAB total, superior a 30% (na Tabela 1, nenhum dos municípios possui VAB agropecuária/VAB total > 30%). A próxima suspeita de potencial reside no setor industrial, a partir do qual, segundo Paiva (2004), pode-se passar a suspeitar da existência de potencialidades imediatas na indústria regional quando a relação VAB industrial/VAB total é superior a 25%, o que de acordo com os gráficos 3, 6 e 7, também não se verifica na região e em todos os seus municípios com exceção de Extremoz (27,90%) e Macaíba (39,15%) (2019).

Ainda de acordo com os gráficos 3, 6 e 7, é possível verificar a expressiva relação VAB serviços/VAB total na região e nos municípios. Esta relação é na região (e quase sempre nos municípios) superior a 58%, o que segundo Paiva (2004) pode representar a estruturalidade da crise produtiva da economia regional. Num primeiro momento a questão não pode ser encarada como sentença final da análise de desenvolvimento regional uma vez que a expressiva participação do setor serviços no VAB total, pode se caracterizar em dois sentidos no que diz respeito a produtividade no setor:

[...] de um lado, uma elevada produtividade em serviços — particularmente quando a medida é captada para municípios que já são (ou estão se constituindo como) pólos regionais — é um indicador de possibilidade de expansão da rede de serviços interna com vistas a atender a demandas da periferia regional; de outro lado, uma produtividade particularmente baixa no setor serviços pode ser a expressão de um gargalo limitador da dinâmica regional. Particularmente, os municípios e as microrregiões que se encontram relativamente afastados dos pólos consumidores responsáveis pela absorção de sua produção mercantil de exportação precisam contar com serviços de comercialização e transporte suficientemente produtivos e econômicos para contrabalançar as desvantagens nos custos de transporte (PAIVA, 2004, p.31).

Pesquisas anteriores (MAIA, SANTIN, ALBA e VILLELA, 2014; MAIA e LUDWIG, 2013, MAIA, 2021, 2019), mostram a importância da indústria, sobretudo a agroindústria na região, a qual é capaz de promover a integração entre os setores agropecuário, indústria e serviços. Este processo de integração tem trabalhado na formação e consolidação de clusters regionais.

A integração entre os setores agropecuário, indústria e serviços, bem como a característica de micro polos regionais que os municípios assumem na região de pesquisa (Ceará-Mirim, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim) que pertencem a região metropolitana de Natal/RN, pode ser um indício da capacidade de expansão do setor serviços na região. Neste caso a elevada participação na relação VAB serviços/VAB total, perde sua característica de gargalo e passa a ser considerado como agente potencializador do

desenvolvimento regional. Como prova disso, a Tabela 5, mostra que referente a relação VAB serviços/VAB total, o setor serviços apresentou  $QL < 1$  em 4 municípios (Ceará-Mirim (1,1665), Natal (1,2247), Parnamirim (1,1527) e São Gonçalo do Amarante (1,1970)), seguido pelo setor indústria com  $QL > 1$  em 2 municípios (Extremoz (1,0664) e Macaíba (1,4964)).

Quanto a categorização da região, pode-se lançar luz sobre o fato dessa ser uma região que vêm se consolidando como indústria de transformação e de serviços, primeiramente por ser responsável por 35,76% do VAB da indústria e 61,24% do VAB de serviços no estado de Santa Catarina (Gráfico 1), mesmo sendo composta por apenas 6 municípios dentre os 167 do total estadual. Em seguida, observa-se que os serviços correspondem a 80,89% do VAB total da região (Tabela 2). Por fim, o serviço (1,1924) foi o setor produtivo que apresentou  $QL > 1$  para a região de pesquisa na análise região de pesquisa tendo como referência Rio Grande do Norte (Tabela 5).

A caracterização da região como industrial de transformação não menospreza o agropecuário ou o rural, uma vez que ambos estão interligados e o sucesso da indústria de transformação na região está intimamente ligado à formação de clusters de indústria de transformação.

## **7 Considerações finais**

Neste estudo, identificou-se potencialidades no setor serviços e indústria de transformação da região de pesquisa, setores que vêm ganhando espaço na economia regional nas últimas décadas. Enquanto parte do desenvolvimento do setor provém da integração entre agropecuária, indústria e serviços, que juntos formam uma cadeia produtiva (principalmente quanto a atividade industrial de transformação) e agem para a formação de clusters regionais, na região de pesquisa, dada a expansão da ocupação populacional, das atividades econômicas e intensa urbanização, há forte tendência a expansão do setor de serviço decorrente das aglomerações urbanas e urbanização das áreas rurais.

Para a região de pesquisa, em relação ao setor de serviços e industrial de transformação, conforme este estudo, pode-se considerar que, necessariamente, não é a sua centralidade a responsável pelo processo de desenvolvimento regional. Este é resultado do crescimento dos serviços auxiliares e subsidiárias que são a base para produzir e comercializar eficientemente o produto de exportação da região (que é a prestação de serviço). Ou seja, é a partir do desenvolvimento das indústrias de transformação locais, que respondem pelo

consumo local e regional, que podem conduzir a uma ampliação da base de exportação em consequência da expansão dos mercados e do desenvolvimento de economias externas associadas com produtos e serviços de exportação. Este processo é consequência das condições caracterizadas anteriormente.

Assim, verifica-se o crescimento das áreas e serviços urbanos, o que também incorre num certo investimento crescente na educação e na pesquisa para ampliar o potencial da região<sup>7</sup>. Em alguns aspectos, a região de pesquisa é polarizada diretamente por Natal e um conjunto de cidades que, por sua vez são polarizadoras ou exercem influência em outras cidades, como por exemplo Macaíba, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, ou em alguns aspectos Ceará-Mirim.

Conforme as análises realizadas, Natal possui características de cidade predominantemente metropolitana impulsionando seus arredores, configurando-se como polo regional de grande influência regional. Por outro lado, assim como Natal (polo regional) exerce polarização nas 5 cidades influentes analisadas (micro polos regionais), estas exercem polarização em outras cidades. Estas 5 cidades de influência (micro polos) exercem polarização entre si, ao mesmo tempo que exercem certa polarização em Natal e polarizam outras cidades do seu entorno, caracterizando-se como micro polos regionais.

Percebe-se que há uma nova divisão territorial do trabalho, uma vez que parte dos municípios próximos a Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim, além de fornecedores de matéria prima, passam, gradativamente na condição também de fornecedores de mão de obra, havendo uma articulação funcional que envolve a região de estudo/pesquisa e os municípios do seu entorno. Tais funções são influenciadas também pela lógica que constitui atualmente os processos de urbanização em curso no Brasil, que, em sua maioria, são influenciados e articulados pelo grande capital local ou global.

Neste estudo, mesmo que a relação Rendimento Domiciliar (RD) Anual per capita/PIB per capita seja complementar, indicando para a região de pesquisa a existência de disparidade interna entre os diversos municípios (Tabelas), num primeiro momento o que interessa é identificar os setores que apresentam maior potencial, baseado no estudo dos QL's e do VAB. Uma vez identificado quais os setores que possuem o maior potencial em uma região, pode-se partir para uma análise específica destes com base em novas pesquisas, com vista a identificação de novas potencialidades e gargalos ao desenvolvimento regional endógeno.

---

<sup>7</sup> North (1959, p. 341) descreve uma série de condições necessárias para que uma atividade agrícola seja bem-sucedida, de modo a constituir a base de exportação, e proporcionar um aumento de renda regional.

Com relação a região de pesquisa e sua constituição, bem como analisado em Maia et. al, (2019b, p.243-244), o território pode ser idealizado a partir da concepção de como acontecem às relações entre os atores que atuam e interagem neste espaço. A natureza das interações entre estes atores é dotada de habilidades para manter estas relações trabalhando com o objetivo de desenvolver uma localidade/região.

Souza (2000) explicita que o território possui em sua essência o instrumento de exercício de poder e ao compreendê-lo como o espaço de representação e aproximação de grupos define territorialidade: conceito aqui explorado pelas suas congruências e incongruências dos dados de cada município. A partir disso se entende que região é a área que em sua proximidade geográfica identifica determinadas características próprias de seus agentes, ou seja, suas territorialidades.

Ao confrontar as informações dos principais agentes fomentadores da região de pesquisa: Associações de Municípios e Região Metropolitana de Natal/Arranjo Populacional de Natal, deve-se buscar identificar descompassos territoriais entre instituições que possam fragilizar o desenvolvimento regional. É necessário, portanto, que haja um trabalho coordenado e cooperativo a fim de evitar conflitos nas decisões sob um mesmo assunto/objetivo, para então fortalecer efetivamente as ações realizadas nos municípios. Para tanto se entende que as dinâmicas regionais compreendidas a partir das territorialidades existentes podem apontar estruturas a serem exploradas em prol do desenvolvimento da região.

Conforme Maia et. al (2019b, 2015), de modo geral desarticulações no território colocam em xeque a efetividade de gestão dessa estrutura ao não constituir uma força conjunta. Neste sentido, para fins de análise, se destaca o termo Cooperação, o qual busca estabelecer a interação social com o objetivo de interferir na compreensão do que se entende por ação social, visando novas iniciativas de desenvolvimento e capacidade de construir coalizões políticas que reflitam a força de cada grupo social, inclusive de desenvolvimento do território. A cooperação, portanto, é regida por padrões comportamentais, coletivos ou individuais, capaz de definir seus próprios conceitos, olhares e perspectivas de mundo (dos municípios e da região metropolitana) e sua visão das potencialidades e problemáticas ou gargalos.

## Referências

- BECKER, Dizimar Fermiano. A economia política do (des)envolvimento regional. **Redes**. v.7, n.3. p.35-59, set./dez.2002.
- BREITBACH, Áurea. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: FEE, 1988.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (Org.). **Dois décadas da Região Metropolitana de Natal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- COSTA, José Silva; DENTINHO, Tomaz Ponce; PETER, Nijkamp. **Compêndio de economia regional**. Volume II, Métodos e técnicas de análise regional. Parede-Portugal: Principia, 2011.
- DELGADO, Ana Paula; GODINHO, Isabel Maria. Medidas de localização e de especialização regional. In: COSTA, José Silva; DENTINHO, Tomaz Ponce; PETER, Nijkamp. **Compêndio de economia regional**. Volume II, Métodos e técnicas de análise regional. Parede-Portugal: Principia, 2011.
- HADDAD, Paulo R. (org.) **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. Descaminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio. **Território e Desenvolvimento: Diferentes abordagens**. 3. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.87-119.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**. REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LIMA, Jandir Ferrera de. **Economia territorial: teoria e indicadores**. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2022.
- MAIA, Claudio Machado; SOUZA, Osmar Tomaz de. Reflexões analíticas sobre uma região metropolitana do sul do Brasil: a região de Chapecó/SC. **Colóquio. Revista do Desenvolvimento Regional**. Faccat. Taquara/RS. v. 19. n. 1. jan./mar.2022.
- MAIA, Cláudio Machado. FAVRETTO, Jacir. MARCHESAN, Jairo. VARGAS, Letícia Paludo. Movimento pendular e deslocamentos populacionais diários a partir de 5 cidades influentes da associação dos municípios do planalto norte catarinense (AMPLANORTE). **XIX ENANPUR**. Blumenau/SC: FURB, 2021.
- MAIA, Claudio Machado; PITSCHER, Gabriel. Análise regional de Chapecó e de 5 cidades de influência. In: **XXIII Congresso Brasileiro de Economia**. Florianópolis/SC: CentroSul, 2019.
- MAIA, Claudio Machado; VILLELA, Ana Laura Vianna; ALBA, Rosa Salete; ARRUDA, Laiz. Região metropolitana de Chapecó: dinâmicas regionais e suas territorialidades. In: PEREIRA, Denise; CARNEIRO, Maristela (Orgs). **Investigação científica nas ciências sociais aplicadas**. v.3. Ponta Grossa/PR: Atena Editora, 2019b.
- MAIA, Claudio Machado. Abordagens não dicotômicas do desenvolvimento: ação a distância, tecnologia informacional e o posicionamento estratégico de atores. In: OLIVEIRA, Odete Maria

de (Org). **Relações internacionais, direito e poder**: atores não estatais na era da rede global. v.3. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2016.

MAIA, Claudio Machado; ROLIM, Aparício. O processo de metropolização e condições de urbanização: novas territorialidades e novas dinâmicas espaciais em cidades de maior influência no oeste catarinense. In: PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto Oliari; OLDIGES, Monica Maria Tourinho (Orgs). **Anais**. II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento (SICDES), II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas (CONSUDI) e V Colóquio Catarinense de Ensino Religioso. Chapecó: Argos, 2015.

ALVES, Lucir Reinaldo. Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. **Informe GEPEC**. Toledo/PR. v.26, n.2, p 9-29, jul./dez. 2022.

MAIA, Claudio Machado; SANTIN, Myriam Aldana Vargas; ALBA, Rosa Salete; VILLELA, Ana Laura Vianna. Metropolização e Condições de Urbanização: Novas Territorialidades e Novas Dinâmicas Espaciais em Cidades de Maior Influência no Oeste Catarinense In: **2º Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES)**. A Diversidade Regional Brasileira em Perspectiva, Anais GT6. Campina Grande/PB: EDUEPB/UEPB, 2014.

MAIA, Claudio Machado; LUDWIG, Dione Paula. Novas territorialidades regionais no oeste catarinense: reestruturação produtiva e urbana das cidades de maior influência da região. In: **1º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba/PR, 2013.

MONASTERIO, Leonardo. Indicadores de análise regional e espacial. In: CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; JÚNIOR, Waldery Rodrigues. **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. IPEA: Brasília, 2011.

NORTH, Douglas C. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333, dec. 1959.

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. **Re-regionalizar o RS para planejar o desenvolvimento endógeno dos territórios retardatários**: um programa de pesquisa em curso. Porto Alegre: FEE, 2006. 13 p. [mimeo].

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: **Primeiras Jornadas de Economia Comparada**, 1, Porto Alegre 2005. Anais... Porto Alegre, FEE/PUCRS, 2005.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: **Documentos FEE**. n .59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro (Orgs). **Economia e desenvolvimento regional**. Editora Parque Itaipu: Foz do Iguaçu, 2016.

PINTO, Hugo Eduardo Meza; MEZA, Maria Luiza Figueiredo Gomes de. Reflexões sobre o desenvolvimento regional em regiões subdesenvolvidas. In: CATAPAN, Anderson; COMERLATTO, Dunia; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: tendências contemporâneas. Editora CRV: Curitiba/PR, 2020.

RANDOLPH, Rainer. Políticas públicas e desenvolvimento regional: desafios e potencialidades no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. v.14. n.3. p.426-445. mai-ago/2018. Taubaté/ SP.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 20ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.77-116.